



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CREA-SP

Súmula da Reunião do **GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PARA ESTUDAR, FIXAR ENTENDIMENTOS E APRESENTAR PROPOSTAS SOBRE O TEMA "ATIVIDADE PROFISSIONAL EM ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTADUAL"**

Data: **13/08/2018 – 09h30**

Local: **Sede Angélica – 4º andar**

A reunião teve início às 09h30min e contou com a presença dos seguintes integrantes:

Eng. Agr. ANDRÉ LUIZ BRANCO

Eng. Eletric. CARLOS ALBERTO FRANCO BUENO

Eng. Civ. LIGIA MARTA MACKEY

Eng. Civ. LUIS FERNANDO COSTA

Eng. Civ. MARCELO HENRIQUE DA SILVA

Eng. Agr. VINICIUS CAMBA DE ALMEIDA

Falta / Ausência justificada: não houve

Convidados:

Não houve

Apoio administrativo:

Sonia Maria de Azevedo Brito – Reg. 0279

Assuntos tratados:

1. SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL.

Conforme disposto no artigo 2º. "... a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no artigo 1º. com relação ao

[Assinaturas manuscritas em azul]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CREA-SP

emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora. (Grifo nosso)". A mesma impõe a obrigatoriedade da remuneração de, a partir de 6 (seis) salários mínimos, exemplificados nos artigos 3º. e 4º da lei 4.950º/66. Importante salientar que interpretando respectiva norma, todos os agentes "empregadores", tanto da iniciativa privada como do Poder Público estariam inseridos na lei caso em tela. Todavia, com o advento da Lei 5194/66 , artigo 82 que dispõe sobre as remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e Engenheiros Agrônomos, no ítem, "qualquer que seja a fonte pagadora", esta revoga, ou melhor completa a referida descrição "qualquer fonte pagadora". Que no caso da fonte Regime Jurídico Único de servidores públicos, a mesma não se aplica.

A ser objeto de questionamento junto ao Depto Jurídico no que se refere aos Profissionais regidos pelo RJU.

Outrossim, é controversa para fins de remuneração de servidores públicos, ou seja, sua aplicabilidade na esfera pública, seja ela direta ou indireta. Vejamos, conforme descrito no artigo 37, inciso XIII da Constituição federal. – " É vedada a vinculação de equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público." Outrossim, Acórdãos e Jurisprudências já foram objeto de decisões junto a Suprema Corte, levando em consideração outros dispositivos descritos na Constituição federal, artigo 169.

2. REGULA O EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES AFETAS AO SISTEMA CONFEA/CREA

A Lei n. 5194/66 regula o exercício profissional dos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos e dá outras providências, como ferramentas de fiscalização profissional e empresas cadastradas no sistema.

Levando-se em conta a parceria CREA-SP/ENTIDADES DE CLASSE / PREFEITURAS, O CREA baseia-se na referida lei para suas fiscalizações, que devem ocorrer:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CREA-SP

- I. Ao menos uma vez ao ano nas Prefeituras e Autarquias, onde verifica através da Lei n. 8666/93 a contratação de empresas e profissionais dos sistema CONFEA/CREA; preencher os cargos técnicos com profissionais habilitados e pagar o salário mínimo profissional.
- II. No intuito de dinamizar a fiscalização do CREA no estado e também a falta de efetivo das prefeituras, poderá ser feita a formalização de convênios com as entidades de classe, para que as mesmas exerçam a fiscalização nas cidades, aumentando assim, as arrecadações para os municípios, para o CREA e valorização profissional.

3. LEI DE CONFLITO DE INTERESSES.

Considerando os incisos I e II do artigo 3º. da Lei 12.813/2013, conflito de interesses de cargo ou emprego, temos:

I-..."a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, no desempenho da função pública; e

II- informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público."

Destarte os dispositivos acima especificados, as razões que criam um nexo causal entre o conflito de interesses e o exercício de cargos e função técnicas, temos como causas prováveis:

- salário incompatível com a função;
- descaracterização da nomenclatura do cargo;
- ausência de um plano de carreira;
- falta de estrutura mínima para o trabalho;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CREA-SP

- ausência de um dispositivo regulatório que penalizem a prática de desvio de função;
- ausência de sistemas de controle informatizados na aprovação de projetos técnicos.

Ao final, o Grupo decidiu solicitar:

- autorização para realização de 2 reuniões extraordinária, nos dias 22/10 e 06/11, tendo em vista que dada a complexidade do tema e dos diversos diplomas legais que versam sobre o tema, não será possível concluir os trabalhos no período inicialmente previsto.
- a presença de apoio jurídico na reunião programada para o próximo dia 17/09/2018.

A reunião encerrou-se às 16h30.

Eng. Eletric. Carlos Alberto Franco Bueno
CREA-SP 060.133.974-5

**Coordenador do GT "ATIVIDADE PROFISSIONAL EM ÓRGÃOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS E ESTADUAL"**